

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.530 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2002

Em mais de cem sessões, Senado aprova 444 matérias

O Congresso — que ontem prestou homenagem à Seleção — prepara-se para votar a LDO hoje e encerrar um semestre produtivo



Rosevelt Pinheiro

Capital estrangeiro na mídia, prorrogação da CPMF e medidas contra violência estão entre as mais importantes

Em 102 sessões que realizou no primeiro semestre, o Plenário do Senado aprovou 444 propostas. São matérias como o conjunto de medidas contra a violência, abertura da mídia a investimentos estrangeiros, prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e autorização para cobrança da taxa de iluminação pública pelos municípios. O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que a preocupação com a crise da segurança pública norteou sua atuação.

PÁGINAS 3 A 8



Geraldo Magela

Tebet negou que o PMDB esteja obstruindo a votação da LDO

Tebet espera que Congresso vote hoje a LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser votada hoje, a partir das 15h, apesar da pendência em torno do projeto de conversão da medida provisória que regulamenta direitos dos anistiados.

A previsão foi feita ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.

PÁGINA 2



Célio Azevedo

Proposta é mesquinha frente à competência dos agricultores brasileiros, diz Jonas Pinheiro

Jonas condena proposta de ONG canadense

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) considerou como "no mínimo indecorosa" a proposta formulada pelo produtor rural canadense Ken Goudy, criador da organização não-governamental Focus on Sabbatical, no 2º Congresso Brasileiro de Soja, realizado em Foz do Iguaçu, no Paraná. Ken Goudy propôs pagar US\$ 35 por acre aos produtores brasileiros que deixarem de cultivar soja em suas terras.

A ONG reúne 4.500 produtores canadenses e norte-americanos e busca proteger o interesse de seus participantes e o mercado de seus países, informou o senador. De acordo com Goudy, os recursos para o pagamento aos produtores brasileiros viriam de produtores norte-americanos, que têm muito interesse em manter em patamar mais elevado o preço da soja.

O objetivo declarado da proposta, continuou Jonas, "é reduzir a produção de soja e a sua oferta no mercado internacional em cerca de 40 milhões de toneladas, volume coincidentemente equivalente à atual safra desse grão no Brasil, que é o segundo maior produtor de soja do mundo".

— Preocupado com o setor agrícola como sempre fui, quero declarar com veemência que deploro essa proposta. Acho-a mesquinha e vil diante da grandeza da nossa soberania como nação e diante da competência do nosso produtor rural — enfatizou Jonas Pinheiro.

Congresso deve votar hoje a LDO, afirma Ramez Tebet

Presidente do Senado acredita que decisão não deve ser mais adiada, apesar da pendência em torno da MP sobre os anistiados

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou ontem que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser votada hoje, apesar da pendência em torno da medida provisória (MP) que inclui os anistiados políticos como beneficiários da Previdência Social. Segundo disse, o atraso na votação não se deve a uma suposta liberação de recursos para atender emendas de parlamentares do PMDB. "Não há obstrução nenhuma do partido. Há uma vontade do PMDB de votar as duas propostas, que são muito importantes."

A LDO vai orientar o Executivo na elaboração do orçamento federal para o ano que vem. O projeto recebeu dezenas de modificações na Comissão de Orçamento. Algumas delas impõem limites na liberdade que terá o próximo presidente da República de cor-

tar verbas orçamentárias em seu primeiro ano de governo.

Tebet também afirmou que a homenagem aos jogadores da Seleção Brasileira de Futebol prevista para hoje e a decretação de ponto facultativo para o funcionalismo público federal não prejudicarão a votação.

O substitutivo do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) aprovado pela Comissão de Orçamento prevê que os cortes ou contingenciamentos terão de ser explicados aos parlamentares pelo Executivo. Segundo o texto do projeto, se as emendas apresentadas por um parlamentar forem bloqueadas, mas outras de seus colegas forem liberadas, o presidente da República também terá de apresentar explicações.

Aprovada a LDO, o Congresso se dedicará à análise do projeto

de Orçamento da União para 2003, que terá de ser enviado ao Congresso até o dia 31 de agosto.

LUIZ ESTEVÃO

Ao comentar a decisão judicial de primeira instância que absolveu os empresários acusados de envolvimento em desvio de recursos da União para construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Ramez Tebet disse que é irreversível a cassação do ex-senador Luiz Estevão por ter mentido à CPI do Judiciário. Na avaliação do presidente do Senado, a decisão, por ter tido caráter político, não pode ser revista pelo Judiciário.

Ele comparou a situação de Estevão ao caso do ex-presidente Fernando Collor, que tentou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), sem sucesso, recuperar seus direitos políticos.

Senador homenageia a Seleção Brasileira

O presidente do Senado, Ramez Tebet, homenageou ontem a Seleção Brasileira de Futebol, que conquistou pela quinta vez a Copa do Mundo. Segundo disse, a vitória demonstra a capacidade de superação que o país possui. Ele declarou que o Brasil, unido e mobilizado, tem condições de superar a violência e ser "uma nação mais justa, mais forte e cada vez mais igual".

Na avaliação de Tebet, a globalização mostrou para todo o mundo a realidade de uma nação que pode ser organizada, competente, de vanguarda e confiante, ao levar a todos a imagem de um país civilizado, com garra, tenacidade e criatividade.

— Essa globalização é a que nos interessa. Uma globalização na qual a gente vê o capitão da seleção, o Cafu, subindo num pedestal, levantando a Copa do Mundo e fazendo uma declaração de amor à sua mulher. Isso mostra que o Brasil é surpreendente, que vivemos em um país que consegue fazer muito sucesso quando se concentra — afirmou Ramez Tebet.

Morte de Chico Xavier recebe voto de pesar

Ao defender a aprovação de requerimento de pesar pela morte de Chico Xavier, vítima de parada cardíaca, o presidente do Senado, Ramez Tebet, ressaltou que o líder espiritual fará grande falta aos brasileiros. Além da inserção em ata do voto de pesar, o Plenário decidiu apresentar condolências à família do médium, à prefeitura de Uberaba e ao estado de Minas Gerais.

— É um requerimento do pesar que abate todos os brasileiros, no instante em que perdemos, passando desta vida para outra, a figura de um homem extraordinário, que demonstrava paciência, tolerância, que pregava a bondade e transmitia fé.

Tebet ressaltou que Chico Xavier, que morreu aos 92 anos, fará falta sobretudo àqueles que encontraram nos seus ensinamentos lições de fé e força para enfrentar a vida. Lembrou também que, tendo sido o mais respeitado representante do espiritismo no Brasil, Chico Xavier deixa mais de 400 obras literárias, "psicografadas ao longo de uma vida cheia de realizações em benefício da Humanidade".



José Cruz

Lauro Campos critica linguagem acadêmica de Malan, voltada aos interesses do FMI

Parlamentar deve usar linguagem simples, diz Lauro

Ao rebater o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) disse que os parlamentares da oposição usam linguagem "de palanque", o senador Lauro Campos (PDT-DF) explicou que procura usar palavras que sejam compreendidas pela maioria da população.

— Não uso linguagem acadêmica porque ela não é adequada para o esclarecimento dos meus eleitores, não é adequada ao meio parlamentar. Ele (Pedro Malan) que fique com a linguagem dele. Ele que fale essa linguagem em inglês com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e com aqueles que dão as ordens a este país. Eu não preciso falar em inglês e não preciso usar essa linguagem — afirmou Lauro Campos.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

14h30 — Recebe o juiz Francisco Antonio de Oliveira, presidente do TRT — 2ª Região
15h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

15h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: apreciação do PL nº 9/02-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 (LDO), de projetos de lei e de projetos de decreto legislativo — CN. Plenário do Senado Federal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

BALANÇO

Plenário do Senado realizou 102 sessões no semestre

O Senado realizou 102 sessões no primeiro semestre e aprovou 444 matérias (veja quadro). Entre os projetos aprovados, destacam-se os selecionados pela Comissão Mista de Segurança Pública visando reforçar o combate à violência e à criminalidade.

Três emendas constitucionais foram aprovadas e já promulgadas. Uma delas representou uma decisão histórica, ao permitir a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação social, até o limite de 30% do capital votante. Outra emenda, apontada pela base política do governo como uma das prioridades do semestre, foi a que prorrogou a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Ainda aguardando deliberação na Câmara, foi aprovada proposta de emenda à Constituição instituindo por 20 anos o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. E, por unanimidade, foi aprovada iniciativa que permite às guardas municipais exercerem ações de policiamento.

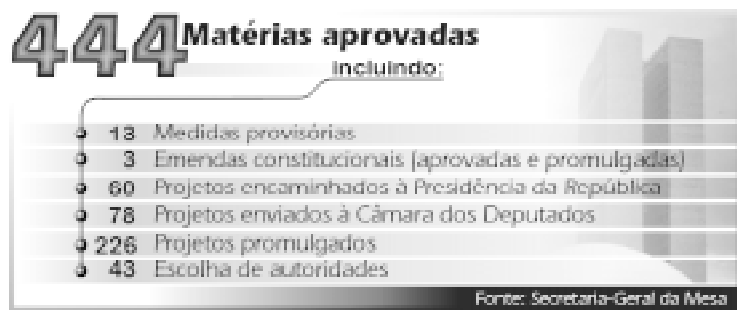
O Senado aprovou ainda emenda autorizando o Distrito Federal e os municípios a cobrarem taxa para custear o serviço de iluminação pública. Foi acolhida também proposta obrigando a União, estados e municípios a estabelecerem limites para os gastos com publicidade oficial.

Mediante uma emenda constitucional e um decreto legislativo, o Senado rejeitou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que vinculou as coligações partidárias feitas nos estados às alianças vigentes para a eleição presidencial.

Entre os projetos elaborados pela Comissão Mista de Segurança Pública, foi aprovada iniciativa para coibir o uso de telefones celulares pré-pagos por criminosos. Foi decidido também que o homicídio, que era

punido com seis a 20 anos de prisão, terá pena mínima de oito anos. Passou a ser exigido o cumprimento de dois terços da pena para a concessão de liberdade condicional a pessoas condenadas por crimes relacionados com drogas. E foi tipificado o crime de financiamento do tráfico de drogas.

Com a presença de lideranças indígenas, o Senado aprovou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece uma política geral para nortear o relacionamento dos governos com os povos indígenas e tribais. Outra votação relevante consistiu na aprovação do Protocolo de Kyoto, destinado a reduzir o aquecimento global decorrente do chamado efeito estufa.



Jefferson aponta resultado positivo da atuação da CRE

Apreciação e votação de matérias importantes, além da realização de audiências públicas para debater o Mercosul, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o controle de armas e outros temas, levam o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), a afirmar que o balanço das atividades da comissão no primeiro semestre do ano é positivo. Para ele, o segundo semestre será esvaziado devido ao "recesso branco" provocado pelas eleições. "Não há como evitar isso", afirma.

Foi um semestre produtivo porque, além das atividades rotineiras de sabatina a que foram submetidos vários embaixadores, a comissão também foi um centro de debates de questões como o controle de armas, a compra de aviões de caça pela Força Aérea Brasileira, o problema criado pelo afastamento do embaixador José Maurício Bustani da Organização para a Proibição de Armas Químicas, o debate sobre as conseqüências da Alca, que foi de alto nível, com o comparecimento de ministros e representantes de entidades de classe, o Protocolo de Kyoto e a guerrilha na Colômbia. E não ficou nenhum processo pendente, o que é o mais importante. De forma que faço um balanço positivo — avalia.

Entre as diversas matérias, a CRE apreciou e aprovou



Jefferson Péres (entre o embaixador Bustani e o senador João Alberto): semestre produtivo para a CRE

parecer favorável a 20 indicações de embaixadores. Ainda foram votados vários acordos internacionais de cooperação.

O conflito entre Israel e a Palestina também foi alvo da atenção da CRE, que aprovou convenção internacional sobre a Supressão de atentados Terroristas a Bomba, além de votos de censura às invasões na Cisjordânia e os atentados dos homens-bomba em território israelense. A CRE aprovou ainda apelações pela abertura de canal de negociação entre os dois povos. Esse conflito mereceu, inclusive, uma audiência pública, em que representantes do Movimento Shalom Salam Paz proferiram palestra intitulada *O Brasil perante a crise do Oriente Médio — A voz e a vez da sociedade civil*.

Outra audiência pública importante realizada pela CRE foi a que avaliou e debateu o projeto de decreto legislativo do Senado que aprova o texto do Protocolo de Kyoto.



Gerardo Magela

CFC, presidida por Amir Lando, ouviu delegado sobre caso Lunus

Fiscalização e Controle realiza audiências públicas

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realizou audiências para cumprir seu papel de vigilância da administração pública. Em uma das reuniões mais polêmicas, ocorreu o depoimento do delegado Paulo de Tarso, da Divisão de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal. Foi ele quem comandou a ação de busca e apreensão no escritório da Lunus Serviços e Participações Ltda., em São Luís (MA), de propriedade da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e do marido dela, Jorge Murad. O comparecimento do delegado foi pedido pelos senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Em outra audiência, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Francisco Antônio de

Oliveira, afirmou ser possível concluir o fórum trabalhista da capital com mais R\$ 39 milhões. A construção foi paralisada depois da comprovação, pela CPI do Judiciário, do desvio de R\$ 169 milhões. A audiência foi pedida pelo senador Wellington Roberto (PTB-PB).

Presidida pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), a CFC também analisou fiscalizações e inspeções em órgãos públicos efetuadas pelo Tribunal de Contas da União.

No final do mês de junho, a CFC aprovou iniciativa do senador Freitas Neto (PSDB-PI) designando Sala Senador Mário Covas o recinto onde se reúne o colegiado. O autor lembrou o relevante papel desenvolvido por Covas na defesa da moralidade pública e da ética na política.

Comissão do Mercosul debate relações com blocos econômicos

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul colocou em debate, no primeiro semestre, a integração econômica da América Latina, a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a relação com outros blocos econômicos, como a União Européia. A crise vivida pela Argentina foi também uma preocupação.

Ao longo do período, foram realizadas audiências públicas e seminários em conjunto com parlamentares latino-americanos. Em fevereiro, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que preside a comissão, participou do XI Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul, no Chile.

Em março, a comissão reuniu-se em Fortaleza (CE) e Natal (RN) e realizou os seminários *O Mercosul, a Alca e o Endividamento Externo e O Mercosul e a Alca: desafios e oportunidades*. A comissão lançou a Declaração de Fortaleza, entregue aos participan-

tes da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se realizava na capital cearense.

Os desdobramentos da crise da Argentina estiveram em pauta na reunião da Comissão do Mercosul realizada em Buenos Aires, em abril. Os representantes brasileiros estiveram no Senado argentino e se encontraram com o presidente daquele país, Eduardo Duhalde, e com o

chefe da delegação do FMI, Anoop Singh.

A comissão também se reuniu em Madri, na Espanha, com o Parlamento Europeu, no mês de maio. Em junho, o senador Amir Lando (PMDB-RO) esteve em Washington, debatendo a criação da Alca e as restrições aos

produtos brasileiros. No fim do mês, o senador Roberto Requião foi a Uruguaiana (RS), em companhia do senador José Fogaça (PPS-RS), para debater as restrições à livre circulação de mercadorias ainda existentes no Mercosul.



José Cruz

Requião foi a encontro do Parlamento Cultural do Mercosul

BALANÇO

Conselho de Comunicação foi conquista da CE, diz Santos

A implantação do Conselho de Comunicação Social representou a maior conquista da Comissão de Educação (CE) durante o primeiro semestre deste ano, segundo seu presidente, senador Ricardo Santos (PSDB-ES). O empenho da comissão, ressaltou, permitiu traçar critérios para a indicação dos integrantes do conselho, órgão auxiliar do Congresso Nacional na definição de políticas para o setor.

— O conselho terá papel fundamental na elaboração de estudos e recomendações para o aperfeiçoamento do sistema de comunicação social do Brasil — previu Ricardo Santos.

A partir de agora, na sua opinião, existirá um foro apropriado à discussão de preceitos constitucionais. O Conselho de Comunicação, previsto na Constituição de 1988 e regulamentado por lei de 1991, dependia da indicação dos integrantes para sua instalação.

Entre os projetos aprovados pela CE no primeiro semestre encontra-se um que garante maior espaço à cultura local e regional na programação das emissoras de rádio



Presidente do Senado, Ramez Tebet, instala Conselho de Comunicação Social

e televisão. Apresentado inicialmente pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o projeto foi acolhido sob a forma de substitutivo do relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), que estipulou em 30% a participação de programas locais no horário nobre das emissoras.

ALUNO CARENTE

A comissão aprovou ainda dois projetos que beneficiam estudantes de camadas mais pobres da população. O primeiro regulamenta dispositivo da Constituição que trata das bolsas de estudos. De acordo com o texto acolhido, as bolsas atenderão a estudantes carentes

que a rede pública de ensino não possa amparar. O segundo dispõe sobre responsabilidade do poder público no transporte escolar de alunos das zonas rurais.

Por decisão da CE, pelo menos 5% do total de ingressos de exposições e espetáculos benefi-

ciados com incentivos federais deverão ser distribuídos, gratuitamente, a alunos da rede pública. A comissão analisou também a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o projeto que disciplina a classificação prévia de espetáculos, para as diversas faixas etárias.

Ricardo Santos destaca também, entre as atividades da CE, a realização de um grande seminário nacional sobre educação infantil, onde especialistas discutiram temas como a busca de fontes de financiamento para a pré-escola e o aumento do número de vagas.

Recurso para Ancine dinamiza cinema nacional

O senador Freitas Neto (PSDB-PI), que preside a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, considerou que a sanção ao projeto de orçamento da Agência Nacional de Cinema (Ancine) pelo presidente da República, em maio passado, representou “uma vitória importante”.

— Por entender que a Ancine seria um instrumento capaz de impulsionar o audiovisual, a subcomissão foi uma aliada da ideia da sua criação, tendo aprovado os nomes que compõem a sua atual diretoria — afirmou o senador.

Ainda em março deste ano, Roberto Saturnino (PT-RJ), que é vice-presidente da subcomissão, chamava atenção para a importância de que o projeto fosse aprovado e sancionado, para que a agência adquirisse capacidade



Subcomissão de Cinema ouve especialistas sobre dificuldades enfrentadas pelo setor

de operacionalização. Até ali, avaliou o senador, a Ancine só existia formalmente, pois sem recursos não poderia cumprir seu papel de estabelecer os princípios gerais da política nacional de cinema.

CINEASTAS

A criação da Ancine, em setembro de 2001, veio como uma resposta dos cineastas, apoiados pelo atual governo, à desarticulação do setor, depois que o governo Fernando Collor suprimiu órgãos que estruturavam o cinema brasileiro. Nesse período, a produção nacio-

nal, que já alcançara mais de 100 títulos por ano, declinou para dois ou três filmes anuais.

Quando *Central do Brasil*, de Walter Salles e Daniela Thomaz, ganhou projeção nacional e internacional, acenando como reinício para o cinema, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou requerimento propondo a criação da Subcomissão de Cinema, no âmbito da Comissão de Educação.

Por meio de audiências públicas, a subcomissão levantou dificuldades relacionadas ao audiovisual, reunindo os resultados em relatório, elogiado pelo produtor Luís Carlos Barreto e pelo diretor de audiovisual do Ministério da Cultura, Álvaro Moisés.

A definição do sistema de televisão digital no Brasil também foi debatida na subcomissão. A escolha entre as opções apresentadas por Estados Unidos, países da Europa e Japão dividiram os debatedores. Os senadores optaram por aprofundar a discussão sobre o tema antes da decisão final.

Nova subcomissão debate financiamento do esporte

Nascida de recomendação da comissão parlamentar de inquérito que analisou os problemas do futebol brasileiro, a Subcomissão Permanente do Esporte começou em abril a buscar soluções para o financiamento do desporto nacional. O ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho, defendeu, em audiência pública, aprovação de uma legislação para o setor, para repensar o esporte a longo prazo.

Também foram ouvidos em audiência o presidente da Liga do Futebol Brasileiro, Fábio Koff, e representantes de grandes clubes. Os debates enfocaram a oficialização das ligas, a organização dos campeonatos e a arrecadação de recursos pelos clubes. Álvaro Dias (PDT-PR), que presidiu a CPI do Futebol, demonstrou preocupação com os desmandos nos clubes e com o endividamento dessas enti-



Oficialização das ligas foi debatida em audiência pública na Subcomissão do Esporte

dades. Para o senador, é necessário dotar o país de legislação que puna a má-gestão dos recursos.

Em junho, o Executivo editou medida provisória com a chamada Lei de Responsabilidade Social do Futebol, dispondo sobre a gestão dos clubes nos atos de comércio e permitindo a punição dos dirigentes nas áreas cível e penal. A medida provisória foi também uma das sugestões constantes do relatório da CPI, elaborado por Geraldo Althoff (PFL-SC). A Subcomissão do Esporte é presidida atualmente por Luiz Otávio (PPB-PA).

Universidade do Legislativo oferece cursos a servidores

O Senado Federal trabalha no sentido de se tornar a principal instituição pública a repassar conhecimento e informação aos cidadãos brasileiros. O primeiro semestre de 2002 foi especialmente importante para consolidar essa meta, na avaliação do diretor-



Agaciel Maia: Unilegis irá revolucionar formação de recursos humanos

geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, que apontou como a maior realização do período a instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

“A Unilegis representa uma revolução na formação de recursos humanos”, afirmou, observando que o Senado brasileiro é o primeiro no mundo a implantar uma universidade corporativa. Em agosto terá início o curso de especialização em Direito Legislativo, destinado aos servidores do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Unilegis oferece ainda cursos

de educação a distância a vereadores e servidores municipais, com enfoque nas áreas de prestação de contas, licitações e orçamento, além de promover o intercâmbio educacional com países latino-americanos.

Essa missão foi reforçada com a inserção dos Anais do Senado na página da instituição na Internet. “Trata-se do maior banco de dados sobre a atuação parlamentar e a história política do país”, declarou Agaciel. São informações sobre a atuação da Câmara Alta, constantes de quase 600 mil páginas, que remontam à primeira constituinte brasileira, em 1823.

Projeto ainda mais ambicioso deve ser implantado no próximo semestre, com o lançamento de um CD-ROM condensando 2,5 milhões de páginas publicadas pela imprensa sobre políticas públicas adotadas pelo Brasil nos últimos 50 anos.

BALANÇO

Congresso garantiu criação da Comissão de Segurança



Presidida por Iris Rezende, Comissão Mista de Segurança Pública promoveu alterações profundas nos códigos Penal e de Processo Penal

Mudanças na lei permitem maior combate ao crime

Em dois meses de trabalho, a Comissão Mista de Segurança Pública aprovou três propostas de emenda à Constituição e 14 projetos de lei, que alteram profundamente a legislação penal brasileira. Cinco dessas matérias já foram acolhidas pelo Senado e tramitam agora na Câmara.

Metade dos projetos de lei — sete — modificam o Código de Processo Penal, diminuindo o número de recursos e a duração dos processos criminais. A fase de instrução criminal ficaria concentrada em uma única audiência, na qual seriam ouvidas todas as testemunhas e as alegações da defesa e da acusação. A expectativa é que as mudanças reduzam em quase 50% a duração das ações penais.

Assim como procurou combater a morosidade da Justiça — apontada pelos parlamentares como uma das causas do aumento da violência —, a comissão

estabeleceu punições mais duras para crimes de grande potencial ofensivo e para o crime organizado.

Foi aprovado projeto que institui penas mais graves para os crimes de homicídio e lesão corporal. O texto atual do Código Penal prevê pena mínima de seis anos de reclusão para homicídio simples, punição menor do que a definida para o seqüestro, ainda que desse delito não resulte morte. A comissão optou por aumentar a pena mínima para oito anos.

Ainda no sentido do endurecimento das penas, foi agravada a punição para o crime de seqüestro. A pena, que varia entre seis e 15 anos de reclusão, passaria a ser de 12 a 20 anos. O texto aprovado pela comissão inova ao tipificar o crime de extorsão mediante privação de liberdade, o “seqüestro relâmpago”, prevendo como pena reclusão de seis a 12 anos.

Tráfico de drogas e terrorismo devem ser punidos com mais rigor

A participação em organização criminosa também terá punição maior. Texto do deputado Magno Malta (PL-ES) impõe penas de cinco a dez anos de prisão para quem se associar com pelo menos mais duas pessoas para cometer crimes como tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, seqüestro e delitos financeiros e contra a administração pública.

Quando cometidos por organização criminosa, esses crimes, atualmente, são enquadrados como formação de quadrilha, e punidos com penas que variam de um a três anos de prisão.

Os parlamentares pretendem

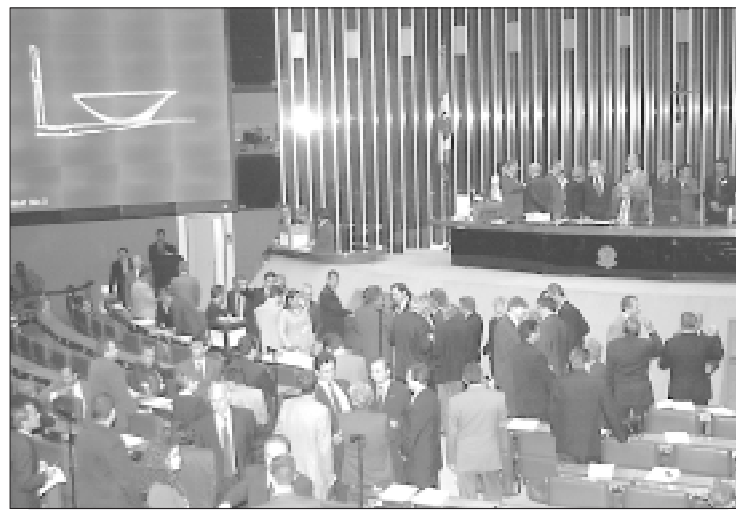
atingir o financiamento da atividade criminosa ao aprovarem propostas para coibir a lavagem de dinheiro. Uma das principais alterações na legislação é a inclusão dos crimes de terrorismo e de tráfico de órgãos ou pessoas no rol daqueles que antecedem a lavagem de dinheiro.

Outra mudança estabelece que o Banco Central deverá montar sistema de cadastro de correntistas e clientes de todas as instituições financeiras do país. Dessa forma, as pessoas suspeitas de envolvimento em crimes de lavagem de dinheiro seriam facilmente monitoradas.

Totalizam 46 as matérias votadas no primeiro semestre pelo Congresso. Foram 27 medidas provisórias (MPs), cinco projetos de lei, 12 projetos de decreto legislativo e um projeto de resolução. Nas sessões que reuniram Câmara e Senado no período, o momento mais importante foi a leitura de requerimento dos presidentes das duas Casas, senador Ramez Tebet e deputado Aécio Neves, que resultou na criação da Comissão Mista de Segurança Pública, designada para encontrar formas de combater a violência.

Outro momento importante foi a eleição do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Legislativo em matérias referentes à liberdade de manifestação do pensamento; propaganda de fumo, álcool e agrotóxico; diversões e espetáculos públicos; programação de rádio e televisão; monopólio dos meios de comunicação; defesa da pessoa e da família contra programas que contrariem a Constituição; e propriedade das empresas de comunicação.

Na única resolução votada, foram aprovadas normas para o exame de medidas provisórias pelo Legislativo. Aprovada por acordo de lideranças, a resolução foi saudada pelo presidente do Sena-



No primeiro semestre do ano, Congresso aprovou novas regras para o exame das medidas provisórias editadas pelo Executivo

do como valiosa para o aperfeiçoamento do processo legislativo, que enfrentava dificuldades em razão das várias reedições das MPs pelo Executivo.

FUNDO PARTIDÁRIO

Num ano em que o país irá às urnas se manifestar em eleições gerais, o Congresso aprovou a abertura de crédito suplementar de R\$ 26 milhões em favor do Fundo Partidário da Justiça Eleitoral. Solicitados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os recursos cobrirão despesas com a manutenção de sedes e serviços dos partidos, de modo a permitir o pagamento de pessoal, pro-

paganda, alistamento e campanhas eleitorais.

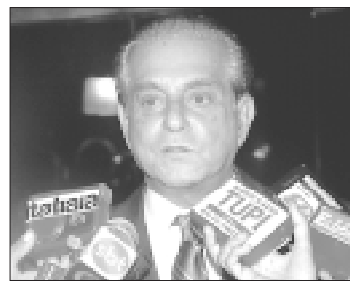
O Congresso aprovou ainda MPs permitindo o alongamento de dívidas originárias do crédito rural e criando o Fundo Seguro-Safra para agricultores familiares do Nordeste e do norte de Minas Gerais, em municípios sujeitos a calamidade ou situação de emergência em razão da seca.

Legislou também sobre o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, contratadas no âmbito dos Programas de Crédito para a Reforma Agrária e de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Ramez Tebet priorizou debate sobre violência

A preocupação com o aumento da violência e a crise da segurança pública foram as principais motivações da atuação do presidente do Senado, Ramez Tebet, no primeiro semestre do ano. Ainda em janeiro, Tebet interrompeu o recesso da Casa para apoiar os entendimentos que resultaram na criação da Comissão Mista de Segurança Pública, iniciativa vitoriosa que conseguiu acelerar a tramitação, no Senado e Câmara, das 254 matérias sobre o tema.

Ao presidir as comemorações dos 111 anos do Senado na República, em 11 de junho, Tebet ressaltou que a Casa tem a segurança como questão prioritária, o que se reflete não só no balanço positivo do trabalho da comissão, mas também na rapidez com que o Plenário vem votando as medidas por ela propostas. Tebet tem enfatizado que o Senado está cumprindo



Entendimentos para criação da Comissão de Segurança tiveram o apoio de Tebet

seu papel, ao mesmo tempo em que procura estimular a parceria entre todas as instâncias de governo e entre os Poderes da República para garantir a boa aplicação da legislação aprovada, proporcionando melhorias que possam ser sentidas pela população.

Como presidente do Congresso, Tebet coordenou os entendimentos para a aprovação de matérias relevantes, entre elas o pro-

jeto estabelecendo normas para o exame das medidas provisórias e emendas constitucionais de grande impacto, como a da abertura da mídia ao capital estrangeiro e da prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até dezembro de 2004.

Em maio, Tebet instalou a Unilegis (Universidade do Legislativo Brasileiro). Conforme disse, a iniciativa demonstra a grande preocupação do Senado brasileiro — o primeiro do mundo a criar sua universidade — em tornar-se cada vez mais transparente e próximo da sociedade.

— A universidade é aberta a todos e vai trabalhar pelo avanço da cidadania, estimulando a juventude ao exercício democrático da atividade política e garantindo um canal de aproximação do Legislativo e nossa gente.

BALANÇO

Reforma do Judiciário marcou atuação da CCJ

Mesmo em um ano de eleições, quando, segundo o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a rotina dos trabalhos legislativos é alterada, o colegiado conseguiu aprovar cerca de 140 pareceres a proposições legislativas em 20 reuniões. Entre as propostas analisadas pelos senadores da comissão está a reforma do Judiciário.

No final do ano passado, Bernardo Cabral, que também é o relator, anunciou que iria se empenhar para que a reforma fosse aprovada ainda em 2002. Antes de ser votada em primeiro turno pelo Senado, a matéria terá que passar por novo exame da comissão no segundo semestre, para análise das mais de 200 emendas apresentadas em Plenário.

Outra proposta que recebeu a atenção dos membros da CCJ neste semestre foi a que prorrogou a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A CCJ aprovou parecer favorável à escolha do então advogado-geral da União, Gilmar Mendes, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente da CCJ incluiu a



Prorrogação da CPMF, cotas para negros, flexibilização da CLT e criação de Tribunais Regionais Federais foram também examinadas pela comissão

realização da audiência que discutiu o projeto de lei do governo que flexibiliza as regras da CLT entre os fatos mais importantes da comissão este semestre.

COTAS PARA NEGROS

Cabral destacou ainda como matéria de grande repercussão na sociedade o projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui cotas de vagas para negros nas universidades e em concursos públicos. Para instruir a matéria, a CCJ promoveu audiência pública com a presença do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Borges Martins, e representantes de organizações de defesa dos direitos da população afro-descendente.

A CCJ também apreciou a PEC de autoria de Cabral que permite

aos partidos políticos realizarem nos estados coligações diferentes daquelas estabelecidas no plano federal, revertendo, na prática, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que verticalizou as coligações. Já aprovada em Plenário, a proposta será analisada pela Câmara dos Deputados, no segundo semestre.

Outras matérias apontadas como relevantes por Cabral, que tiveram pareceres aprovados pela CCJ neste semestre, foram a proposta que cria Tribunais Regionais Federais em Minas Gerais, no Paraná, na Bahia e no Amazonas; a que permite a entrada de capital estrangeiro em empresas de comunicação; e o projeto de lei que inclui crimes sexuais contra crianças e adolescentes na lista de crimes hediondos.

CPI das ONGs aprofunda exame de denúncias

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as atividades das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), apurou no primeiro semestre deste ano denúncias de recebimento irregular de recursos por ONGs brasileiras, além de possível envolvimento de uma ONG com um grande laboratório multinacional e uma empresa de lobby.

Um dos depoimentos considerados mais polêmicos feitos na CPI foi o do vice-presidente da Associação Amazônia, Luís Antonio Nascimento de Souza, que admitiu que os US\$ 70 mil utilizados para a compra de 172 mil hectares de terras em Roraima ingressaram irregularmente no Brasil.

Também depondo na comissão, o presidente do laboratório farmacêutico Novartis, Andreas Strakus, negou que sua empresa tenha in-



Comissão ouviu depoimentos de dirigentes de várias organizações, para esclarecer irregularidades

fluenciado a decisão da ONG Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napacan) de acionar o Ministério da Saúde para aquisição do medicamento Glivec, usado no combate à leucemia mieloide crônica.

Strakus confirmou que a empresa faz contribuições anuais de R\$ 50 mil à Napacan, mas, frisou, isso não determina a ação da ONG nem de sua presidente, Graça Marques, que, em depoimento em outra reunião da CPI, também negou manter ligação com a empresa Novartis, admitindo, no entanto, receber recursos

do laboratório.

O empresário Alexandre Paes dos Santos, diretor da empresa de consultoria política APS, prestou depoimento sigiloso à CPI. Ele foi citado pela imprensa como envolvido no caso da compra pelo ministério do medicamento Glivec.

Invocando o episódio que envolve o laboratório farmacêutico Novartis e a organização não-governamental Napacan, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) sugeriu que o Congresso analise os limites éticos para o exercício do lobby por empresas ou setores econômicos no país. Essa opinião foi compartilhada pelos senadores Mozarildo Cavalcanti e Tião Viana (PT-AC).

O presidente da comissão destacou que o objetivo da CPI é separar o joio do trigo, uma vez que, observou, não há controle sobre a atuação das ONGs no Brasil.

Conselho pode votar este ano novo Código de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderá votar no segundo semestre um novo Código de Ética do Senado. A previsão foi feita pelo presidente do colegiado, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que preparou um anteprojeto de resolução já apresentado aos integrantes do colegiado.

Segundo Juvêncio, o novo código é uma necessidade, pois os integrantes do conselho perceberam a existência de conflitos entre os textos que norteiam o funcionamento do órgão: a Constituição federal, o Regimento Interno do Senado e a Resolução nº 20/93, que acabavam suscitando dúvidas sobre as formalidades dos processos que lá tramitam.

— Existem lacunas que precisam ser preenchidas e o novo código vai explicitar o procedimento da ação disciplinar e dará tranquilidade aos senadores nos processos de investigação de fatos tidos como irregulares, inclusive os que possam ser interpretados como falta de decoro parlamentar — dis-

se o senador.

A principal modificação contida no anteprojeto visa estabelecer que só serão objeto de investigação pelo Conselho de Ética os fatos relacionados à atuação do questionado durante a vigência de seu mandato parlamentar. Essa foi, destacou Juvêncio, uma das indagações constantes, por exemplo, no processo contra o então senador Jader Barbalho, que alegava que os fatos a ele imputados teriam ocorrido anteriormente ao mandato.

Conforme o anteprojeto, apenas a Mesa da Casa ou os partidos políticos poderão apresentar uma representação contra senador com vistas à cassação de mandato. Já pedidos de investigação que impliquem advertência, censura verbal ou escrita, suspensão temporária de mandato ou suspensão temporária das prerrogativas regimentais (novidade na legislação) poderão ser feitas diretamente ao conselho por qualquer cidadão.

Novo código deve definir competência para representação contra senador



Célio Azevedo

Arquivados cinco pedidos de processo

Após dois anos agitados, que resultaram na cassação de um senador — Luiz Estevão (PMDB-DF) — e na renúncia de outros três — Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Jader Barbalho (PMDB-PA) —, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deixou de ser o foco das atenções do Senado neste primeiro semestre do ano.

A avaliação foi feita por seu presidente, senador Juvêncio da Fonseca, para quem essa deve ser a atuação normal de um órgão que funciona numa Casa legislativa.

O conselho aprovou em maio o arquivamento de três solicitações de investigação contra senadores. Um dos pedidos havia

sido feito pela empresa Genus Editora Gráfica e Comércio Ltda. contra o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Outra solicitação arquivada dizia respeito à representação formulada por Rodrigo Monteferrante Ricupero contra o senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Um terceiro pedido de investigação foi feito pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) contra o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) no final do ano passado.

O conselho também decidiu arquivar o pedido de apuração de denúncias envolvendo os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Wellington Roberto (PTB-PB) publicadas em matéria da revista *Época*, em maio.

BALANÇO

Crescimento econômico, alvo da CAE



Célio Azevedo

Raimundo Carreiro lembra que Senado encaminhou 31 projetos à sanção presidencial

Para Carreiro, Senado atendeu demanda social

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, considerou proveitoso o trabalho do Senado neste primeiro semestre de 2002, afirmando que a Casa conseguiu atender à demanda social. Foram votadas matérias importantes, algumas inclusive modificando a Constituição, e o Senado encaminhou 31 projetos para sanção presidencial. Ele destacou, entre as propostas de emenda à Constituição (PECs), a do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), aprovada por unanimidade, que limita os gastos do governo com publicidade de obras governamentais.

Carreiro citou a aprovação de três outras emendas: a que permitiu a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação; a que prorrogou a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), realizada graças a acordo de lideranças; e a que define a reforma do Judiciário, aprovada em primeiro turno.

Entre as matérias infraconstitucionais, o secretário registrou a aprovação dos projetos oriundos da Comissão Mista de Segurança Pública, dois dos quais já encaminhados à Câmara dos Deputados. Um deles aperfeiçoa a legislação que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e obteve, segundo frisou Carreiro, repercussão positiva junto à comunidade internacional, já que permitiu ao Brasil cumprir acordo firmado com outras nações.

CONSELHO

Raimundo Carreiro ressaltou ainda a instalação, neste semestre, do Conselho de Comunicação Social, que está ligado diretamente à Secretaria Geral da Mesa (SGM). Com mais esse órgão, a secretaria ficará responsável por todo o serviço da Mesa do Senado e de outros oito órgãos da Casa.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou no primeiro semestre deste ano uma série de matérias que, segundo o presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), estão contribuindo de forma decisiva para a retomada do crescimento econômico do país, reduzindo carga tributária, facilitando a vida das micro e pequenas empresas e abrindo a oportunidade de novas linhas de crédito externo para estados e municípios, de modo a garantir a execução de programas prioritários.

Ao todo, foram examinadas na CAE 57 matérias, num total de 24 sessões, incluindo-se, aí, audiências públicas com autoridades do governo, empresários e estudiosos para abordar em profundidade uma série de assuntos relevantes para a vida econômica do país, como a adesão ou não do Brasil à Área de



Célio Azevedo

A Comissão de Assuntos Econômicos promoveu 24 sessões no semestre, deixando o saldo de 57 matérias aprovadas

Livre Comércio das Américas (Alca), até o relacionamento contratual de multinacionais, como McDonald's e Ford, com seus franqueados e concessionários. Foram discutidas, também, com autoridades do governo, as medidas protecionistas adotadas pelos países ricos.

Entre as propostas aprovadas, destacam-se a redução da alíquota

do ICMS incidente nas operações interestaduais com a farinha de trigo (de 12% para 7%), projeto de Osmar Dias (PDT-PR); a ampliação dos prazos para que o Ministério da Educação pudesse contratar operação de crédito para modernizar os hospitais universitários, proposta por Lúcio Alcântara; e a autorização para que o Executivo elevasse

Infra-Estrutura promove audiências e vota indicações

A realização de audiências públicas sobre a crise no setor de transporte aéreo regional e a cisão das empresas elétricas do sistema Eletrobrás, além do exame de indicações para diretorias de agências reguladoras dos setores de energia, transportes, telecomunicações e águas deram o tom dos trabalhos da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) neste semestre. O colegiado é presidido por Alberto Silva (PMDB-PI).

A pedido de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a CI promoveu discussão com representantes de empresários e trabalhadores do setor aéreo sobre o restabelecimento de subsídios para as companhias que operam na região amazônica. Projeto de Mozarildo, aprovado pela CI, prevê a cobrança de adicional tarifário de 1% sobre todos os bilhetes vendidos por empresas aéreas domésticas do país.

Já Heloísa Helena (PT-AL) foi a autora do requerimento de audi-

ência pública sobre a divisão das empresas integrantes do Sistema Eletrobrás: Chesf, Furnas e Eletronorte. Durante o debate, o engenheiro Maurício Tolmasquim, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disse que a cisão pode resolver o problema da falta de água no Nordeste, mas advertiu que também pode afetar a geração de energia elétrica na região, enquanto o presidente da Eletrobrás, Altino Ventura Filho, afirmou que a separação das áreas de transmissão e geração das empresas do setor elétrico deve incentivar a competição entre as estatais.

A CI aprovou as indicações de Luiz Guilherme Schymura e Luiz Alberto da Silva para presidente e conselheiro da Anatel; de Dilma Seli Pena Pereira para diretora da ANA; de Newton Reis Monteiro para diretor da ANP; e de Luiz Francisco Silva Marcos e Miguel Dario Ardisson Nunes para diretores do DNIT.



Márcia Kallume

Audiências públicas marcaram o trabalho dos senadores na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura



Márcia Kallume

Depois de realizar 17 audiências públicas, senadores concluíram que há negligência do governo com o projeto de revitalização do São Francisco

Rio São Francisco deve ter prioridade, dizem senadores

Depois de recolher informações e conhecer as opiniões de autoridades em 17 audiências públicas, a Comissão de Acompanhamento do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco apresentou seu segundo relatório preliminar, denunciando que há negligência, descaso, irresponsabilidade e falta de prioridade do Ministério da Integração Nacional com o projeto de revitalização, que foi criado por ato do próprio presidente da República.

De acordo com os dados recolhidos pelos integrantes da comissão, o ministério aplicou em 2001 apenas 3,2% da dotação disponível para a conservação e revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco. O relatório também alerta que as dotações orçamentárias previstas para 2002 e as previsões

de US\$ 30 bilhões para US\$ 40 bilhões o limite de lançamento de títulos no exterior.

A CAE aprovou ainda quota mínima gratuita para o fornecimento de água aos pobres, projeto de Paulo Hartung (PSB-ES); isenção do Imposto de Renda para aposentados portadores de doenças graves de fígado, proposta de Romeu Tuma (PFL-SP); regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), de Roberto Saturnino (PT-RJ); mudanças na aplicação de recursos do FAT, de Ademir Andrade (PSB-PA); e proibição de exigência de caução ou depósito de qualquer natureza, por parte de hospitais e clínicas, no caso de internação de pacientes beneficiários de planos e seguros privados de assistência à saúde, projeto de Paulo Souto (PFL-BA).

contidas no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 são insignificantes.

Para assegurar os recursos necessários, a comissão recomenda a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição que institui fundo para revitalização do rio, que destina, durante 20 anos, 0,05% do produto da arrecadação dos impostos da competência da União, após deduzidas as vinculações ou participações constitucionais. A matéria já foi aprovada pelo Senado.

A Comissão do São Francisco, que é presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), foi constituída em 2001 a partir da aprovação em Plenário de requerimento do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

BALANÇO

Projetos aprovados na CAS beneficiam mulheres e portadores de deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisou, ao longo do primeiro semestre, 34 proposições, tendo aprovado 29 projetos, entre os quais o do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) determinando que a mulher de baixa renda deverá ter preferência na titulação de posse dos imóveis financiados com recursos da União. Pelo projeto, 50% dos imóveis que fazem parte de programas governamentais de distribuição de moradias deverão ser reservados a mulheres com renda familiar mensal inferior a três salários mínimos (R\$ 600).

O presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), considerou positivo o trabalho da comissão no período e manifestou satisfação pela aprovação de projeto, de sua autoria, que permite ao portador de deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes coletivos, como ônibus e *shopping centers*, acompanhado de cão-guia. Para ele, a iniciativa vai melhorar o dia-a-dia de milhões de brasileiros que têm deficiência visual.



Comissão de Assuntos Sociais aprovou 29 projetos no primeiro semestre, incluindo temas como moradia e saúde da mulher

Outro projeto longamente debatido e que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais é o que garante a titulação da propriedade aos remanescentes das comunidades dos quilombos, de autoria da então senadora Benedita da Silva, atual governadora do Rio de Janeiro.

Também foi acolhido pela comissão projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que es-

tabelece uma série de exigências para a comercialização e divulgação publicitária de substitutos do leite materno e de artigos de puericultura, como mamadeiras, bicos e chupetas. Um dos objetivos do projeto é esclarecer às mães sobre a importância da amamentação materna no combate a doenças e preservação da saúde da criança.

A CAS aprovou ainda projeto

do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários arrecadar recursos provenientes de internações hospitalares. A comissão acolheu também projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) determinando que o trabalhador que precisar procurar parente desaparecido – cônjuge, pais, filhos, irmãos ou pessoas que vivam sob sua dependência econômica – poderá ausentar-se do emprego, sem prejuízo do salário nem risco de demissão, por até 15 dias.

Projeto que institui o Cadastro Nacional de Saúde da Mulher, o que cria o Cadastro Nacional de Moradia, o que institui a Língua Brasileira de Sinais e o que estabelece normas para reprodução assistida também foram aprovados pela CAS ao longo do semestre.

A Comissão de Assuntos Sociais realizou ainda quatro audiências públicas, entre as quais a que debateu e votou a indicação de dirigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Subcomissão ouve presidenciais sobre moradia

A Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano vai tentar ouvir antes da eleição de outubro os dois candidatos que ainda não apresentaram seus projetos no ciclo de audiências "Moradia – um sonho possível". A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e já ouviu os candidatos Anthony Garotinho, do PSB, e Ciro Gomes, da coligação PPS-PDT-PTB.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), presidente da subcomissão, espera ouvir ainda o candidato do PSDB-PMDB, senador José Serra, e o do PT-PCdoB-PL, Luiz Inácio Lula da Silva. Devem também participar o jogador de futebol Romário e o cantor Netinho, que faz trabalhos sociais em São Paulo.

De acordo com o senador, a moradia é um direito fundamental e, para que a exigência constitucional seja cumprida, são necessários 6,6 milhões de novas unidades no país. A vice-presidente da subcomissão, Maria do Carmo Alves (PFL-SE), lembrou que a maior parte do déficit habitacional está na Região Nordeste.

As audiências foram iniciadas no dia 7 de maio, com Anthony Garotinho, o campeão mundial dos pesos leves Acelino "Popó" Freitas, a coordenadora do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Grazia de Grazia, e o presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Wilson Lang. No dia 21 de maio, foi a vez de Ciro Gomes, do músico Carlinhos Brown, do representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Lair Krahenbuhl, e da professora Ermínia Maricato, da Universidade de São Paulo (USP).

A subcomissão é formada pelos senadores Mauro Miranda, Maria do Carmo Alves, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Lindberg Cury (PFL-DF), Benício Sampaio (PPB-PI), Emilia Fernandes (PT-RS) e Ademir Andrade (PSB-PA).



Mauro quer colocar moradia na agenda dos presidenciais

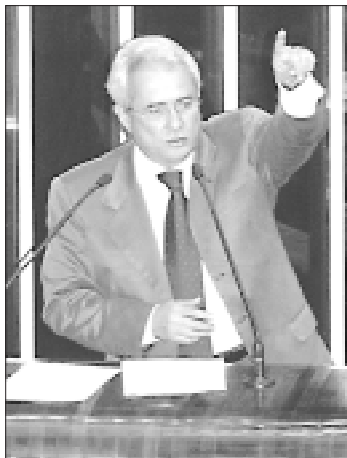
Senado inova para aumentar transparência

O 1º secretário do Senado, senador Carlos Wilson (PTB-PE), encerrou o semestre contabilizando diversas inovações nos setores a ele subordinados, como Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Universidade do Legislativo (Unilegis) e Interlegis. O Sistema de Informações Orçamentárias na Internet, por exemplo, evoluiu para propiciar maior interatividade com os usuários e para facilitar as consultas, o que tornou o processo orçamentário mais transparente para a população.

– Foi um semestre de afirmação da estrutura do Senado. Continuamos na nossa busca por uma maior transparência da atividade parlamentar. Ao mesmo tempo, buscamos

aprimorar as condições de trabalho dos nossos servidores – afirmou Carlos Wilson.

Considerando que os instrumentos de apoio à elaboração do orçamento são peças fundamentais para promover agilidade e segurança nesse trabalho, a nova versão desenvolvida para o Sistema de Apoio à Elaboração Orçamentária implementou rotinas de controle e segurança mais aprimoradas, agilizou operações e permitiu maior flexibilidade de instalação. O sistema foi utilizado



Para Carlos Wilson, o semestre foi "de afirmação da estrutura do Senado"

com sucesso na elaboração da lei orçamentária de 2002.

Passo importante também no

Como forma de garantir a transparência das atividades da Casa e permitir o acesso da sociedade às informações legislativas, o Prodasen está finalizando o projeto Anais do Senado Federal (de 1823 a 1996). Foram preparadas e incluídas em banco de dados mais de 500 mil imagens digitalizadas do acervo e sua indexação.

com sucesso na elaboração da lei orçamentária de 2002.

Em 2002, o Interlegis realizou, além de cursos a distância, 15 videoconferências sobre temas de interesse da comunidade e seminários externos para levar informações a diversos estados do país.

Consolidou-se nesse semestre a Unilegis, instalada em maio. A instituição oferecerá cursos presenciais e a distância, gratuitos, de pós-graduação, especialização e extensão, para servidores das duas Casas do Congresso e legislativos estaduais e municipais.